



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

**PEDRO PAULO PEREIRA REIS**

**O NEOLIBERALISMO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES:  
AS NOVAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NOS CURSOS DE PEDAGOGIA**

**MIRACEMA DO TOCANTINS, TO**

**2023**

**Pedro Paulo Pereira Reis**

**O neoliberalismo na formação de professores:  
as novas políticas educacionais nos cursos de Pedagogia**

Artigo apresentado à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Miracema para obtenção do título de licenciado em Pedagogia.

Orientador (a): Profa. Dra. Luciane Silva de Souza

Miracema do Tocantins, TO

2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

- R375n    Reis, Pedro Paulo Pereira.  
          O neoliberalismo na formação de professores: as novas políticas educacionais nos cursos de Pedagogia. / Pedro Paulo Pereira Reis. – Miracema, TO, 2023.  
          26 f.
- Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, 2023.  
          Orientadora : Luciane Silva de Souza
1. Educação. 2. Formação de Professores Pedagogos. 3. Neoliberalismo. 4. Políticas educacionais. I. Título

**CDD 370**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

PEDRO PAULO PEREIRA REIS

O NEOLIBERALISMO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES:  
AS NOVAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NOS CURSOS DE PEDAGOGIA

Artigo apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema, Curso de Pedagogia foi avaliado para a obtenção do título de licenciado e aprovada (o) em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Banca Examinadora

---

Prof.(a) Dr.(a) Luciane Silva de Souza - Orientador(a), UFT

---

Prof.(a) Dr.(a) Ana Corina Machado Spada - Examinador(a), UFT

---

Prof.(a) Dr.(a) Márcio Bernardes de Carvalho - Examinador(a), UFT

## RESUMO

A formação de professores vem se modificando nos decorrerem de sua história, sendo algo complexo e centro de discussões políticas. A presença do neoliberalismo nesse segmento educacional, atinge diretamente a identidade do profissional docente, estabelecendo políticas educacionais pautadas na lógica do mercado. O presente artigo visa analisar as mudanças ocorridas nos currículos voltados à formação docente nas últimas décadas. A pesquisa está alinhada ao método do materialismo histórico-dialético para fazer uma análise crítica da realidade diante das políticas que amparam a formação nos cursos de Pedagogia, é apresentado o contexto histórico das licenciaturas no Brasil e o curso de Pedagogia na formação de profissionais para atuarem junto ao ensino, refletimos sobre os conceitos da formação de professores, discutimos a atuação do neoliberalismo na formação de pedagogos nas últimas três décadas. Utilizamos como principais autores: Libâneo (1996), Silva (1999) e Souza (2023), dentre outros. Foram realizadas análises nas DCNs da formação de professores (2002, 2012, 2015, 2019) e DCN da Pedagogia (2006). A pesquisa identificou que no decorrer dessas três últimas décadas, as políticas educacionais vêm precarizando e desvalorizando a formação de professores. O neoliberalismo afeta diretamente nas práticas de ensino, através de currículos e métodos padronizados ao mesmo tempo que negligencia os aspectos qualitativos na educação. Os professores devem reconhecer e fortalecer a importância dessas organizações na luta por uma educação de qualidade.

**Palavra-chave:** Identidade. Políticas educacionais. Formação de professores

## ABSTRACT

Teacher education has been changing throughout its history, being something complex and the center of political discussions. The presence of neoliberalism in this educational segment directly affects the identity of the teaching professional, establishing educational policies based on the logic of the market. This article aims to analyze the changes that have occurred in the curricula aimed at teacher training in the last decades. The research is aligned with the method of historical-dialectical materialism to make a critical analysis of the reality in the face of the policies that support the training in Pedagogy courses, the historical context of the degrees in Brazil and the Pedagogy course in the training of professionals to work with teaching, we reflect on the concepts of teacher training, we discuss the role of neoliberalism in the training of pedagogues in the last three decades. The main authors were: Libâneo (1996), Silva (1999) and Souza (2023), among others. Analyses were carried out in the DCNs of teacher education (2002, 2012, 2015, 2019) and DCN of Pedagogy (2006). The research identified that over the last three decades, educational policies have been precarious and devaluing teacher training. Neoliberalism directly affects teaching practices, through standardized curricula and methods while neglecting the qualitative aspects in education. Teachers must recognize and strengthen the importance of these organizations in the struggle for quality education.

**Keyword:** Identity. Educational policies. Teacher training

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

DCN	Diretriz Curricular Nacional
CONARCFE	Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação de Educação
ANFOPE	Associação Nacional de Formação de Profissionais da Educação
CEFAM	Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNE	Conselho Nacional de Educação
FMI	Fundo Monetário Internacional

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	METODOLOGIA.....	9
3	FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O NEOLIBERALISMO .....	10
3.1	Contexto histórico: Licenciaturas no Brasil e o curso de Pedagogia.....	10
3.2	Formação de professores e a perspectiva neoliberal .....	13
4	FORMAÇÃO DE PROFESSORES PEDAGOGOS NAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS .....	17
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
	REFERÊNCIAS .....	24



## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema o neoliberalismo na formação de professores. Para tanto, discute as mudanças ocorridas no currículo de formação de professores nas últimas décadas, o que contribuiu para o processo de desvalorização da autonomia docente, diante das influências da economia sobre as políticas educacionais.

Parece ser correto começarmos pelo real e pelo concreto, pelo pressuposto efetivo, e, portanto, no caso da economia, por exemplo, começarmos pela população, que é o sujeito do alto social de produção como um todo. Considerado de maneira mais rigorosa, entretanto, isso se mostra falso. A população é uma abstração quando deixo de fora, por exemplo, as classes das quais é constituída. Essas classes, por sua vez, são uma palavra vazia se desconheço os elementos nos quais se baseiam. P.ex., trabalho assalariado, capital etc. Estes supõem troca, divisão do trabalho, preço etc. O capital, p.ex., é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc. Por isso, se eu começasse pela população, esta seria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais precisa, chegaria analiticamente a conceitos mais simples; do concreto representado [chegaria] a conceitos abstratos [*Abstrakta*] cada vez mais finos, até que tivesse chegado às determinações mais simples. Daí teria que dar início à viagem de retorno até que finalmente chegasse de novo à população, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações (MARX, 2011, p. 54).

É apresentado um panorama do período de inserção do curso de formação de professores, a partir da primeira regulamentação, ocorrida em 1930. Assim como no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado em 1932, percebe-se, uma necessidade de implementação de políticas educacionais que modernizassem a educação. Caracterizando-se em 1939 um modelo de educação chamado “esquema 3+1”. Diante disto, surgem na década de 1990 fortes mudanças no campo educacional e amplas consequências ao processo de formação de professores, decorrentes do avanço do neoliberalismo.

Na década de 1990, no âmbito da formação de professores realizam-se ajustes no campo educacional em função das exigências da globalização, desta maneira, regulamenta-se a Lei nº 9.394/96, trazendo poucas mudanças nesse campo. No currículo de licenciaturas, nota-se a fragilidade em seu contexto histórico, sendo alvo de disputas culturais para atender aos interesses neoliberais. As mudanças ocorridas nos processos educacionais e curriculares, nos permite refletir sobre a maneira que são tratados os processos de produção e reprodução social. O currículo opera diretamente para a manutenção da sociedade, assim, esse

mecanismo irá formar diferentes indivíduos em realidades distintas sob o mesmo pensamento. Dessa forma, esse instrumento é visto como regulador dos conteúdos que serão trabalhados em prática no contexto institucional.

O currículo está presente em todas as práticas pedagógicas do profissional da educação, na qual, atuará determinando o que deverá ser realizado. A formação de professores já passou por diferentes transformações, em relação às legislações que amparam os licenciados. As leis que consolidam a formação de professores, influenciadas pelas políticas neoliberais, promovem uma desvalorização do profissional docente.

A formação de professores, marcada pelas perspectivas do capitalismo neoliberal, prejudica diretamente nas relações de ensino para os futuros profissionais da educação. Desta forma, nos faz questionar: *Quais as influências do neoliberalismo para a formação de professores? Quais modificações a legislação trouxe nas últimas décadas no currículo da formação de professores no curso de Pedagogia?* Neste sentido, a pesquisa tem por objetivo principal, *analisar as mudanças ocorridas no currículo de formação de professores, em específico o curso de pedagogia, nas últimas três décadas.*

É realizado um levantamento dos autores que discutem o currículo para a formação de professores e entender a atuação da política neoliberal no currículo para a formação de professores. Foi realizado um quadro com levantamento da legislação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Pedagogia (2006) e resoluções das DCNs de formação de professores (2002, 2012, 2015, 2019), para mostrar de forma linear, as modificações ocorridas nas últimas três décadas nos currículos para a formação de professores nos cursos de pedagogia.

## 2 METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa, será norteada pelo método materialismo histórico-dialético. Para Marx, é o procedimento que, a partir da realidade, é possível investigar e compreender, partindo de uma possível totalidade. Neste sentido, “A dialética situa-se, então, no plano da realidade, no plano histórico, sob a forma de trama de relações contraditória, conflitantes, de leis de construção, desenvolvimento e transformação dos fatos” (FRIGOTTO, 2010. p. 82).

Utiliza-se uma abordagem de natureza qualitativa, realizando uma pesquisa bibliográfica. De acordo com Gil (2002, p. 44-45), “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.”, apresentando no primeiro momento, autores que conceituam a formação de professores, exhibe um panorama do período de inserção do curso de formação de professores, refletindo sobre as concepções da formação de professores. Além disso, realizamos uma pesquisa documental e descritiva com fundamento nos documentos legais que tratam da formação de professores. Em seguida é discutido os impactos do neoliberalismo nas políticas de formação de professores, pensando na educação como campo de atuação do profissional docente.

No segundo momento, são discutidas as mudanças que ocorreram nessas três últimas décadas, para isso, foi realizado quadros com as resoluções das Diretrizes Curriculares Nacionais de formação de professores (2002, 2012, 2015, 2019), e a DCN de pedagogia (2006), assim essa pesquisa é uma análise de caráter descritivo e documental, segundo Cellard (2008, p. 303) a análise documental é o “[...] momento de reunir todas as partes – elementos da problemática ou do quadro teórico, contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto, conceitos-chave”. Sendo assim, a pesquisa também é descritiva e documental. Conforme Gil (1999), o principal objetivo da pesquisa descritiva é a descrição das propriedades de uma determinada população ou fenômeno, ou criar relacionamento entre variáveis.

### 3 FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O NEOLIBERALISMO

#### 3.1 Contexto histórico: Licenciaturas no Brasil e o curso de Pedagogia

Os cursos de formação de professores perpassam inúmeras iniciativas no âmbito educacional. A partir da década da educação tardia para a classe trabalhadora, ocorre a primeira regulamentação no curso de pedagogia, marcada por reformas políticas, econômicas e sociais, desencadeadas pela crise econômica internacional, fazendo com que o mercado de trabalho exigisse uma maior escolarização para a condição de acesso. Em 1932, é publicado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, por um grupo de intelectuais educadores liberais que entendia esse processo de industrialização, assim como uma necessidade de implementação de políticas educacionais que modernizassem a educação.

Em relação a isso, diz o Manifesto:

Desprendendo-se dos interesses de classe, a quem ela tem servido, a educação [...] deixa de constituir um privilégio determinado pela condição econômica e social do indivíduo, para assumir um “caráter biológico”, com que ela se organiza para a coletividade em geral, reconhecendo a todo o indivíduo o direito a ser educado até onde o permitam as suas aptidões naturais, independente de razões de ordem econômica e social. A educação nova, alargando a sua finalidade para além dos limites das classes, assume [...] a sua verdadeira função social, preparando-se para formar “a hierarquia democrática” pela “hierarquia das capacidades”, recrutadas em todos os grupos sociais, a que se abrem as mesmas oportunidades de educação (AZEVEDO, 1932, p. 40).

Foram criadas universidades, nas quais se organizaram e implantaram as licenciaturas, em função do Decreto-Lei nº 1.190 de 4 de abril de 1939. De acordo com o documento, o curso de pedagogia tinha como objetivo o “preenchimento dos cargos técnicos de educação do Ministério da Educação” (Art. 51, c).

Caracterizava-se o modelo de “esquema 3+1”, em que os três primeiros anos formava o bacharel em pedagogia e o último ano formava o licenciado na área, permitindo “ao bacharel, [...], que concluir regularmente o curso de didática referido no art. 20 desta lei será conferido o diploma de licenciado no grupo de disciplinas que formam o seu curso de bacharelado” (Art. 49). Deste modo, o curso de pedagogia formava profissionais aptos a trabalharem no setor administrativo da educação. Embora tenha sido homologada a Lei nº 4.024/61, ainda se encontrava

uma dualidade no curso de pedagogia, pois o mesmo continuou a seguir como modelo de esquema 3+1.

Com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, Lei nº 4.024, emanam os pareceres do Conselho Federal de Educação de nº 251/62, que mantém o curso de bacharelado em Pedagogia, e o de nº 292/62, que regulamenta as licenciaturas (SILVA, 1999, p. 14).

As primeiras escolas normais criadas a partir de 1835, colaboraram para os princípios da desigualdade presente na sociedade, uma vez que “as primeiras iniciativas pertinentes à criação de escolas normais coincidem com a hegemonia do grupo conservador, resultando das ações por ele desenvolvidas para consolidar sua supremacia e impor seu projeto político” (TANURI, 2000, p. 63).

As escolas normais geram a reprodução da sociedade excluindo alguns grupos sociais. Para Tanuri (2000, p. 66) “A partir de 1868/70, transformações de ordem ideológica, política e cultural seriam acompanhadas de intensa movimentação de idéias (sic), com profundas repercussões no setor educacional, que passava a assumir uma importância até então não vislumbrada”. A Reforma Universitária, promoveu mudanças que afetaram significativamente a prática e a autonomia da pedagogia.

Nos anos de 1980, caminhando para o fim da ditadura, buscava-se a identidade do curso de pedagogia, foi um período em que foram formadas entidades, tal como a CONARCFE (Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação de Educadores) criado em 1983, no qual tinham como objetivo definir o estatuto epistemológico do curso de pedagogia, dando origem à ANFOPE (Associação Nacional de Formação dos Profissionais da Educação) em 1984. Segundo Libâneo (1996),

Em meados da década de 80, algumas faculdades de educação, por influência de pesquisas, debates em encontros e indicações do movimento nacional pela formação do educador, suspenderam ou suprimiram as habilitações convencionais (administração escolar, orientação educacional etc.), para investir num currículo centrado na formação de professores para os anos iniciais do ensino fundamental e curso de magistério. (...) A ideia era a de formar um novo professor, capacitado inclusive para exercer funções de direção, supervisão etc. (...) Pode-se deduzir, entretanto, com base em alguns poucos estudos sobre inovações nas instituições e cursos de pedagogia, que o saldo dessas iniciativas é modesto, enquanto persistem problemas crônicos, tais como o interminável questionamento da identidade da pedagogia e as ambiguidades quanto à natureza do curso, sempre refletidos nos documentos legais. São, de fato, mais de 50 anos de controvérsias em torno da manutenção ou extinção do curso, da pertinência ou não de um campo de estudo próprio à pedagogia, da formação do

professor primário em nível superior, da formação de especialista ou técnico em educação etc. (LIBÂNEO, 1996, p. 38-39).

Essas mudanças ocasionaram novas atribuições para o curso de pedagogia, reduzindo-se carga horária no curso. Com essas alterações surgem vários movimentos de educadores, realizando ações junto à Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), em prol de se consolidar a identidade docente. Na década de 1990, implicou um novo perfil formativo, com também novas reformas educacionais orientadas pelas demandas do capital.

O Conselho Nacional de Educação (CNE) orienta para a implementação da Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017, da Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica (BNCC), documento que determina os direitos de aprendizagem, partindo dos conhecimentos e habilidades de cada aluno.

A educação escolar considerada como um instrumento essencial para formar os indivíduos, seguindo a lógica do mercado global e dos princípios do neoliberalismo, tem como principal função preparar os sujeitos para atuarem no mercado de trabalho cada vez mais precarizado (SILVA; SILVA, 2021, p. 157).

A educação passa a ser vista como um meio para preparar os indivíduos para o mercado de trabalho. Isso implica uma ênfase na aquisição de habilidades específicas e na formação técnica que atenda às demandas do setor empresarial, “Inúmeros trabalhos sobre o assunto são unânimes em apontar o ‘esvaziamento’, a ‘desmontagem’ a ‘desestruturação’, a ‘perda de identidade’ ou a ‘descaracterização’ sofrida pela escola normal no período” (TANURI, 2000, p. 81). Isto mostra o quanto a profissão está caminhando em direção a sua própria desvalorização.

Cria-se a partir das propostas do MEC o projeto dos Centros de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAM), na qual, realiza alteração no currículo para formação de professores. O currículo revisado nos CEFAM enfatiza o desenvolvimento de competências técnicas, como o uso de tecnologia na sala de aula, assim como o aprimoramento de habilidades pedagógicas.

Essa variedade de ações no âmbito da formação de professores não foi exclusiva da esfera federal. No âmbito das Secretarias Estaduais de Educação uma série de esforços foram feitos tanto no que diz respeito a “treinamentos em serviço”, quanto à adequação da legislação, procurando corrigir as falhas apontadas a partir da prática (TANURI, 2000, p. 83).

Os princípios do neoliberalismo valorizam a competição e a eficiência. Nesse contexto neoliberal, com ênfase na privatização e descentralização, isso implica transferir o poder de tomada de decisões do nível central (governo federal) para níveis mais locais, como governos estaduais e municipais, assim a educação passa a ter uma redução da intervenção do Estado.

### **3.2 Formação de professores e a perspectiva neoliberal**

A formação de professores passa a ser questionada por Tomaz Tadeu da Silva, buscando a resposta para o que seria o currículo para a formação. “No fundo das teorias do currículo está, pois, uma questão de ‘identidade’ ou de ‘subjetividade’.” (SILVA, 1999, p. 15). Essas inquietações, surgem para refletir sobre os mecanismos que impõem uma hegemonia, “[...] entre as múltiplas possibilidades, uma identidade ou subjetividade como sendo a ideal é uma operação de poder” (SILVA, 1999, p. 16).

Ao refletir sobre o currículo para a formação de professores para nossa perspectiva, não para a burguesia, na qual são considerados os diversos conhecimentos existentes, a identidade permeia todas as esferas da vida contemporânea. O currículo, para Silva (1996), é quando a instituição proporciona um conjunto de experiências de conhecimentos para o aluno. Desta maneira, percebe-se que o currículo é alvo de disputas culturais, em meio a conflitos e relações de poder.

Atualmente são realizadas reflexões acerca da identidade do curso de pedagogia, discutindo a necessidade de superar a fragmentação nos espaços escolares, realizando debates sobre o curso de pedagogia. As reformas ocorridas no século XX, tinha como objetivo, realizar ajustes no campo educacional em função das exigências da globalização. De acordo com Oliveira (2004, p. 1129), “[...] as reformas educacionais dos anos 1990 tiveram como principal eixo a educação para a equidade social”. Atualmente, com a regulamentação da LDB nº 9.394/96, houve mudanças pouco significativas no processo de formação de professores, em relação a legislação anterior.

De acordo com Brasil (1996),

Art. 62 A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em

universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Art. 63 Os institutos superiores de educação manterão:

I – cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;

II – programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;

III – programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

Art. 64 A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional (BRASIL, 1996, p. 20).

As discussões sobre a formação inicial dos professores, emergem em um cenário, em que havia como centro de debates dos movimentos, dizia respeito à valorização do profissional docente. No art. 62 (BRASIL, 1996), cria-se institutos superiores que formariam professores no curso normal superior, no qual teria qualificação que o curso de pedagogia e licenciatura, de maneira aligeirada e de curta duração. Estabelecendo possibilidades para a formação de professores em todos os níveis, porém, não necessariamente em universidades. Para Libâneo (1999, p. 261), esse aligeiramento “[...] impossibilita a inserção social de crianças e jovens de classes sociais mais pobres em igualdade de condições com aqueles dos segmentos economicamente favorecidos”.

Pensando na formação de professores, atenta-se para a necessidade de observar as mudanças ocorridas na estrutura curricular, nos cursos para formação de docentes nas últimas décadas e percebe-se um conjunto de documentos normativos no uso de atribuições e regulamentações para esses profissionais, tendo em vista a implantação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Mais adiante, na Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de Dezembro de 2019 que institui a Base Nacional Comum Curricular para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), é possível notar que se delineia de forma sistemática as alterações no tempo de formação inicial dos profissionais de ensino, do ponto de vista do qual o desenvolvimento das suas competências dependerá dos docentes, para se adequarem às políticas curriculares para educação básica, com a Base Nacional Comum Curricular – BNCC.



A formação inicial permeia uma questão muito significativa para o ensino da educação básica, na qual, mesmo estando amparada legalmente, não garante a efetivação de um processo de formação de professores. A Resolução CNE/CP nº 2, de 2015 dá visibilidade ao curso, mas não contempla uma valorização da formação de professores como também dos conhecimentos e saberes necessários à formação do docente. A Resolução CNE/CP nº 2, de 2015, não constituiu uma identidade própria para o curso de formação de professores em nível superior.

Após as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil definir como objetivo, garantir o acesso da criança e direito a estruturas adequadas. O profissional educador deveria ter além da formação inicial, uma formação continuada. Para o profissional docente a formação continuada possibilita o aprofundamento e aprimoramento das habilidades e conhecimentos, desenvolvendo novas práticas. José Carlos Libâneo (2001) fala sobre a formação continuada como os instrumentos de ação que compõem o processo de organização educacional.

Planejamento - processo de explicitação de objetivos e antecipação de decisões para orientar a instituição, prevendo-se o que se deve fazer para atingi-los.

Organização - Atividade através da qual se dá a racionalização dos recursos, criando e viabilizando as condições e modos para se realizar o que foi planejado.

Direção/Coordenação - Atividade de coordenação do esforço coletivo do pessoal da escola.

Formação continuada - Ações de capacitação e aperfeiçoamento dos profissionais da escola para que realizem com competência suas tarefas e se desenvolvam pessoal e profissionalmente.

Avaliação - comprovação e avaliação do funcionamento da escola (LIBÂNEO, 2010, p. 7).

Para a efetivação da formação continuada, foi necessário a criação de programas para proporcionar momentos de formação continuada, tendo como foco o aprimoramento do profissional educador. A formação continuada dá ao profissional, novos olhares para as ações do docente, uma formação de professores em um processo contínuo, levará o docente observar e refletir sobre “[...] a atual conjuntura social, movida pela pauta neoliberal também impõe novos desafios a formação dos(as) professores(as) e conseqüentemente cobra (re)afirmações, e (re)significações da construção da identidade profissional docente” (VANZUITA; ANDRÉ, 2021, p. 190).

A formação dos professores deverá ser sempre um processo contínuo, marcada pelas dinâmicas próprias do contexto de exercício da profissão.

Isso envolve uma constante atualização da identidade profissional (identidade docente) a partir dos desafios impostos pelo percurso histórico da humanidade (VANZUITA; ANDRÉ, 2021, p. 191).

A crise do capital ocorrida na década 1960 e 1970, quando o processo de produção propôs uma transformação no perfil dos trabalhadores, nota-se mudanças não só no contexto econômico mundial, mas no contexto educacional. Na formação de professores, considerando sua fragilidade histórica, de maneira que atenda aos interesses neoliberais. Surgem um avanço para novos projetos políticos no Brasil, com influências de organismos internacionais. De acordo com (SILVA; SILVA, 2021, p. 158), “O neoliberalismo manifestou-se como a única solução para que os Estado superassem a crise econômica que iniciou na década de 1970, caracterizando-se como um novo ideal por meio do Consenso de Washington”.

A adesão das medidas neoliberais pelos países da América Latina, como solução da crise fiscal, promoveu o início de reformas que geraram a desregulação e a privatização de diversos setores como, por exemplo, o de telecomunicações, energia, aço, siderurgia, dentre outros redefinindo o papel do Estado e as relações com o capital. No Brasil, esse movimento deu-se de um lado, pela redução de políticas públicas com foco no interesse nacional e do outro com a ampliação para as demandas dos organismos internacionais (SILVA; SILVA, 2021, p. 159).

Considerando o avanço do neoliberalismo na década de 1990, ocorreram grandes impactos com as mudanças no campo educacional e fortes consequências no processo de formação de professores. O governo brasileiro objetivava adequar os processos educacionais às novas demandas políticas e econômicas internacionais. Em 20 de dezembro de 1996, destaca-se a implantação da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), no qual, refere-se à formação dos profissionais da educação e às condições destes profissionais.

A classe trabalhadora é a principal reféns dos impactos causados por essas medidas, pois o “[...] foco do projeto neoliberal tem como destaque 3 pontos, a saber: (1) economia de mercado global; (2) competição ilimitada; e (3) minimização do Estado” (SILVA; SILVA, 2021, p. 159). Isso coloca a educação em uma competição de mercado, proporcionando legislações e normativas que desvalorizam o profissional educador.

#### 4 FORMAÇÃO DE PROFESSORES PEDAGOGOS NAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS

A formação de professores, entendida como o lugar para a construção da identidade docente. “A profissionalidade implica olhar o(a) professor(a) para além das instituições de formação, envolve compreendê-lo(a) como participante de uma rede de significações que o(a) configuram” (VANZUITA; ANDRÉ, 2021, p. 191), o formador deve buscar sempre novas maneiras de transformar a realidade educacional em suas instituições. Para o profissional fica a obrigação de seguir normativas que contemplem uma formação digna a sociedade.

<b>RESOLUÇÃO: 2002, 2006</b>		
<b>Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002</b>	<b>Resolução CNE/CP n.º 2, de 19 de fevereiro de 2002</b>	<b>Resolução CNE/CP n.º 1, de 15 de maio de 2006</b>
Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.	Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.	Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.

Fonte: Souza (2023, *no prelo*, adaptado)

As Resoluções do CNE/CP de 2002 e 2006, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais nos cursos de Licenciaturas e nos cursos de Graduação em Pedagogia. A Resolução do CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002, a Lei implementa as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação dos profissionais da Educação Básica, assim como diz no Art. 1,

Art. 1 As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, constituem-se de um conjunto de princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização institucional e curricular de cada estabelecimento de ensino e aplicam-se a todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 2002, p. 1).

A Resolução do CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002, vai instituir sobre a carga horária na formação de professores dos cursos de licenciatura e os cursos de graduação plena, trazendo em seu Art. 1,

Art. 1º A carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 2800 (duas mil e oitocentas) horas, nas quais a articulação teoria-prática garantida, nos termos dos seus projetos pedagógicos, as seguintes dimensões dos componentes comuns:

- I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso;
- II - 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso;
- III - 1800 (mil e oitocentas) horas de aulas para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural;
- IV - 200 (duzentas) horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais (BRASIL, 2002, p. 1).

A Resolução do CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação de Licenciatura em Pedagogia, na qual traz mudanças na carga horária dos componentes curriculares. As alterações acabam reduzindo as a carga horária de componentes da prática, como os Estágios Supervisionados. A Resolução do CNE/CP nº 1, de 2006, diz em seu Art. 7,

Art. 7º O curso de Licenciatura em Pedagogia terá a carga horária mínima de 3.200 horas de efetivo trabalho acadêmico, assim distribuídas:

- I - 2.800 horas dedicadas às atividades formativas como assistência a aulas, realização de seminários, participação na realização de pesquisas, consultas a bibliotecas e centros de documentação, visitas a instituições educacionais e culturais, atividades práticas de diferente natureza, participação em grupos cooperativos de estudos;
- II - 300 horas dedicadas ao Estágio Supervisionado prioritariamente em Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto pedagógico da instituição;
- III - 100 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos alunos, por meio, da iniciação científica, da extensão e da monitoria (BRASIL, 2006, p. 4).

<b>RESOLUÇÃO: 2012, 2015, 2017</b>		
<b>Resolução CNE/CP nº 3, de 7 de dezembro de 2012</b>	<b>Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015</b>	<b>Resolução CNE/CP nº 1, de 9 de agosto de 2017</b>
Altera a redação do art. 1º da Resolução CNE/CP nº 1,	Define as Diretrizes Curriculares Nacionais	Altera o <b>Art. 22 da Resolução CNE/CP nº 2,</b>

de 11 de fevereiro de 2009, que estabelece Diretrizes Operacionais para a implantação do <b>Programa Emergencial de Segunda Licenciatura para Professores em exercício na Educação Básica Pública</b> a ser coordenado pelo MEC.	para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.	<b>de 1º de 2015</b> , que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.
--	---	--

Fonte: Souza (2023, *no prelo*, adaptado)

As Resoluções do CNE/CP nº 3, de 2012; nº 2, de 2015; nº 1, de 2017, mostram a fragilidade na formação de professores, com implantação de programa de segunda Licenciatura para professores da educação básica. A partir das Resoluções de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores, permite um aligeiramento na formação de professores, nas propostas de projetos de formação inicial pensando nas práticas como componentes curriculares.

A Resolução de 2017 faz alteração na Resolução de 2015 em suas disposições transitórias, no que dispõe no Art. 22. “Os cursos de formação de professores, que se encontram em funcionamento, deverão se adaptar a esta Resolução no prazo de 3 (três) anos, a contar da data de sua publicação” (BRASIL, 2017, p. 1).

<b>RESOLUÇÃO: 2019, 2020</b>		
<b>Resolução CNE/CP nº 1, de 2 de julho de 2019</b>	<b>Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019</b>	<b>Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020</b>
Altera o <b>Art. 22 da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015</b> , que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para	Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e	Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base

a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.	institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).	Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada).
--	--	--

Fonte: Souza (2023, *no prelo*, adaptado)

As resoluções mais recentes, como a Resolução de 2019 e 2020, define as Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Na Resolução CNE/CP nº 1, de 2 de julho de 2019, é realizada outra alteração na Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, a Resolução CNE/CP nº 1, de 2 de julho de 2019, dispõem no Art. 22,

Art. 22. Os cursos de formação de professores, que se encontram em funcionamento, deverão se adaptar a esta Resolução no prazo máximo de 2 (dois) anos, contados da publicação da Base Nacional Comum Curricular, instituída pela Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 22 de dezembro de 2017 (BRASIL, 2019, p. 1).

Segundo os mesmos ideários, é aprovada a Base Nacional Comum Curricular para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), constituída pela Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, adequando a formação dos professores dos anos iniciais aos interesses empresariais. No art. 7º destaca a intenção capital que tal documento atribui, exigindo do profissional educador, o conhecimento sobre a BNCC-Educação Básica.

Art. 7º A organização curricular dos cursos destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, em consonância com as aprendizagens prescritas na BNCC da Educação Básica, tem com princípios norteadores:  
I - compromisso com a igualdade e a equidade educacional, com princípios fundantes da BNCC; (BRASIL, 2019, p. 4).

O docente, através da organização curricular, deve seguir um conjunto de competências e habilidades, com isso, surge “[...] dessa política um modelo de formação que, centrado na pedagogia das competências, reduz à docência a

habilidades práticas, isto é, ao “saber fazer” alimentado por uma epistemologia da prática” (CAETANO; COSTA; MATOS, 2021, p. 233).

A Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 diz em seu Art. 11,

Art. 11. A referida carga horária dos cursos de licenciatura deve ter a seguinte distribuição:

I - Grupo I: 800 (oitocentas) horas, para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais.

II - Grupo II: 1.600 (mil e seiscentas) horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos.

III - Grupo III: 800 (oitocentas) horas, prática pedagógica, assim distribuídas:  
a) 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora; e

b) 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, segundo o PPC da instituição formadora (BRASIL, 2019, p. 6).

O Art. 11, mostra para nós que a formação de professores deixa de se preocupar com a formação de uma emancipação do sujeito, moldando a atuação da prática nos cursos de formação de professores. “Estabelece-se, um padrão de referência que molda a formação ao que é considerado adequado para ser aplicado à escola básica” (CAETANO; COSTA; MATOS, 2021, p. 235).

De modo geral, a BNC-Formação é composta por uma listagem de competências que devem ser desenvolvidas pelos professores em seu processo de formação inicial, organizadas em torno de três eixos – conhecimento, prática e engajamento profissional – que evidenciam bem a concepção de formação almejada para os professores. Nela, a prática assume centralidade e perpassa as três dimensões, de forma que se constitui a base para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão (CAETANO; COSTA; MATOS, 2021, p. 244).

O aligeiramento na formação de professores, gerados a partir da criação de programa emergencial em segunda licenciatura para formação de professores, estabelecido na Resolução CNE/CP nº 3, de 7 de dezembro de 2012, evidencia a desvalorização que se faz presente na formação de professores.

Na Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020, irá discorrer sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada para Professores da Educação Básica. Passa a se pensar sobre a profissionalização do docente, se tornando essencial para a formação do educador. A Resolução CNE/CP nº 1, de 2020, dispõe no Art. 4 e 5,

Art. 4º A Formação Continuada de Professores da Educação Básica é entendida como componente essencial da sua profissionalização, na condição de agentes formativos de conhecimentos e culturas, bem como orientadores de seus educandos nas trilhas da aprendizagem, para a constituição de competências, visando o complexo desempenho da sua prática social e da qualificação para o trabalho.

Art. 5º As Políticas da Formação Continuada de Professores para a Educação Básica, de competência dos sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em consonância com os marcos regulatórios definidos pela LDB e, em especial, pela BNCC e pela BNC-Formação, tem como princípios norteadores (BRASIL, 2020, p. 2-3).

A formação continuada volta a ser moldada no Art. 5, quando começa a seguir os três eixos citados por (CAETANO; COSTA; MATOS, 2021, p. 244) “conhecimento, prática e engajamento profissional”. A falta de políticas que dê autonomia à formação de professores, gera a prática influenciada por ideologias que pensam no desenvolvimento de técnicas.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendendo a importância da análise da realidade para sua transformação, percebe-se após análise das políticas de formação de professores, o quanto a fragilidade em seu contexto histórico tem afetado os alunos da contemporaneidade, houveram mudanças nestes currículos, mas as influências de organismos financeiros internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional nas políticas educacionais causaram fortes impactos na constituição dos documentos curriculares e no trabalho pedagógico.

As políticas educacionais neoliberais, modificaram as atribuições do Estado com a introdução das leis do livre mercado nas diretrizes das políticas públicas. O neoliberalismo promove a visão da educação como mercadoria, ocasionando a redução dos investimentos públicos e a privatização de alguns setores educacionais, na qual gerou impactos diretamente em políticas para a formação de professores pedagogos, promovendo a desvalorização da educação.

As políticas para a formação sofreram significativamente com essas mudanças. O neoliberalismo influencia as práticas de ensino padronizando currículos e métodos. Isso pode resultar na perda da autonomia pedagógica dos professores, limitando sua capacidade de adaptar o ensino às necessidades específicas de seus alunos. A abordagem neoliberal enfatiza medidas quantitativas de desempenho, como testes padronizados, desconsiderando aspectos qualitativos na educação. Isso leva a prática dos professores em preparar os alunos para exames e não para o desenvolvimento integral de suas habilidades.

A formação de professores deve estar alinhada com as demandas e desafios da sociedade. Enfatizando a importância da resistência e da busca por alternativas dentro do sistema educacional. Assim destaca também a importância da resistência dentro do sistema educacional. Professores, sindicatos e a sociedade civil desempenham papéis cruciais na defesa de uma educação mais centrada no desenvolvimento dos estudantes.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, F et al. **Manifesto dos pioneiros da educação nova (1932) e dos educadores 1959**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2010.

Disponível em:

[https://edisiplinas.usp.br/pluginfile.php/3277739/mod\\_resource/content/3/Manifesto%20pioneiros.pdf](https://edisiplinas.usp.br/pluginfile.php/3277739/mod_resource/content/3/Manifesto%20pioneiros.pdf) . Acesso em: 19 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939**. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. Rio de Janeiro, 1939. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1190-4-abril-1939-349241-norma-pe.html>. Acesso em: 19 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm). Acesso em: 20 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 20 nov. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: [rcp001\\_02 \(mec.gov.br\)](http://mec.gov.br). Acesso em: 24 nov. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002**. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Disponível em: [rcp002\\_02 \(mec.gov.br\)](http://mec.gov.br). Acesso em: 24 nov. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf). Acesso em: 24 nov. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 3, de 7 de dezembro de 2012**. Altera a redação do art. 1º da Resolução CNE/CP nº 1, de 11 de fevereiro de 2009, que estabelece Diretrizes Operacionais para a implantação do Programa Emergencial de Segunda Licenciatura para Professores em exercício na Educação Básica Pública a ser coordenado pelo MEC. Disponível em: [rcp003\\_12 \(mec.gov.br\)](http://mec.gov.br). Acesso em 24 nov. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda

licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: rcp002\_15 (mec.gov.br). Acesso em: 24 nov. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 9 de agosto de 2017**. Altera o Art. 22 da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: rcp001\_17 (mec.gov.br). Acesso em: 24 nov. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 2 de julho de 2019**. Altera o Art. 22 da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: rcp001\_19 (mec.gov.br). Acesso em: 24 nov. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP). **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). *Diário Oficial da União*, Seção I, Brasília, DF, n. 124, p. 46-49, 15 abr. 2020. <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 24 nov. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Disponível em: rcp001\_20 (mec.gov.br). Acesso em: 24 nov. 2022.

CAETANO, V. N. S.; COSTA, E. M.; MATOS, C. C. A BNC- formação e seus efeitos no curso de pedagogia: apontamentos críticos. In: OLIVEIRA, A. M. V. M.; UCHOA, A. M. C.; SENA, I. P. F. S.; GONÇALVES, M. E. S. (Orgs.). **Diálogos crítico: Diversidade e autonomia x padronização e controle na educação pública: projetos em disputa**. Porto Alegre: Fi, 2021. p. 224-251.

CELLARD, A. A Análise Documental. In: POUPART, J. et al. (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. v. 4, n. 1, p. 44-45, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

- LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos para quê?** São Paulo: Cortez, 1996. 208 p.
- LIBÂNEO, J. C. PIMENTA, Selma Garrido. Formação de profissionais da educação: visão crítica e perspectiva de mudança. **Educação & Sociedade**, v. 20, p. 239-277, 1999.
- LIBÂNEO, J.C. **O sistema de organização e gestão da escola**, UNESP, 2010. Disponível em: <http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/32>. Acesso em: 03 dez. 2023.
- MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1979<sup>a</sup>
- MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro, RJ: Ed. UFRJ, 2011.
- OLIVEIRA, D. A. A REESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, p. 1127-1144, Set/Dez. 2004. ISSN 89. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 28 nov. 2023.
- PIMENTA, Selma G. **O pedagogo na escola pública**. São Paulo: Loyola, 1988.
- SILVA, C. S. B. **Curso de Pedagogia no Brasil**: História e Identidade. São Paulo: Editores Associados, 1999. 152 p.
- SILVA, T. T. **Identidades terminais**: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política. Petrópolis: Vozes, 1996.
- SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- SILVA, V. M. C. B.; SILVA, R. O avanço do projeto neoliberal na educação pública: breve reflexão acerca do contexto brasileiro. In: DIÓGENES, E. M. N.; PEREIRA, M. B. N.; SANTOS, I. M. (Orgs.). **Políticas educacionais na era do ultra (neo)liberalismo**: múltiplos olhares. Curitiba: CRV, 2021. p. 157-166.
- SOUZA, Luciane Silva de. **Políticas curriculares de formação docente na era neoliberal**: o contexto brasileiro. *Artigo científico*, 2023. *(no prelo)*.
- TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**. nº 14, p.61-88, mai. jun. jul. ago./ 2000.
- VANZUITA, A.; ANDRÉ, E. M. L. Formação de professores(as) e identidade docente quilombola. In: BRANDT, A. G.; MAGALHÃES, N. R. S.; SILVA, F. L. G. R.;(Organ.). **Didática e formação de professores**: desafios e perspectivas da articulação entre teoria e prática. Curitiba: Bagai, 2021. p. 190-200.